ANO 5.º | Sexta-feira, 12 de Abril de 1912 | NUMERO 216

O DEMOCRATA (AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	1$200 réis
Semestre	600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	2$500 réis
Avulso	20 réis

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha	40 réis
Comunicados	20 réis

Anúncios permanentes, contracto especial.

Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

HISTORIANDO

VII

E' evidente que a Revolução de 5 de Outubro não se fez apenas para expulsar um rei e a sua camarilha. Se a isso limitásse a sua acção demolidôra, a obra de saneamento que se propuzéra, resultaría, de momento, incompleta e quasi nula.

Na monarquia, á roda do rei, para sustentaculo do trôno ha muito vacilante, enfileirava toda a gente que apoiava e defendia esse regimen arrastada pelo interesse cégo e grosseiro. Ha muito que a monarquia dos Braganças, pelos seus erros e pelos seus crimes, vivia uma vida divorciada da nação, odiáda pelo povo e apoiáda apenas em serventuarios, seus subsidiádos, a quem éla, de olhos fechados, atirava o oiro do povo ás mãos cheias. Vivia aí pelo suborno, estadeava-se impudicamente comprando consciencias, desfazendo a peso de ouro as más vontades, emudecendo, com pingues situações, a voz dos inimigos.

Não era um regimen honesto, escrupuloso e inteligente de quem os cidadãos expontaneamente se acercássem oferecendo-lhe solicitamente o concurso do seu esforço para o progresso do país.

Era um regimen indecoroso de venaes que, não tendo méritos nem qualidades superiores que os impozessem e fizessem respeitar, punha todo o seu esforço na captação dos inimigos, gastava-se em artimanhas e artificiosas adulações para anular a voz que, independente, se erguêsse protestando, na estagnação putrida dêste viver.

Dêste modo naufragáram, numa capitulação desonrosa, alguns intelectuais, inimigos e aguerridos da realeza que muitos julgavam de intransigencia irredutivel

Para exemplo, citêmos um dos ultimos que, esquecendo o plebeismo da sua origem, esquecendo-se do povo de onde viéra e de quem o Paço, atraindo-o, o afastára, numa subserviencia deprimente intelectual, escrevia após a execução de Carlos I, o artigo, celebre pela baixeza, que denominára, mentirosa e encomiasticamente,—**Carlos, o martirisado.**

Até a agreste rudeza de Ramalho, apequenando-se, amoldando-se, desfazendo as arestas cortantes do seu caracter plebeu, resvalou num lôrpa palaciano que canta e chora, sem brilho nem arte, as grandezas dum devasso e de um gatuno!

De modo que esse regimen, nos ultimos tempos, era grande apenas para aquêles que, pela força das circunstancias, o olhavam de joelhos.

E pelas secretarías do Estado não se colocávam individuos, competentes e trabalhadores, que os serviços do país reclamávam; creavam-se lugares para anichar amigos, para arregimentar dependentes; faziam-se acumulações de empregos para contentar comilões, onde os apaniguádos nunca apareciam e cujo trabalho consistia, apenas, em assinár o reciboe embolsar o dinheiro no fim do mez.

Para crear adeptos e arranjar uma densa população de defensores, a monarquia fizéra no país uma numerosa e ociosa burocracía.

Nunca olhou para o povo senão para lhe roubar o suor e deixou-o, embrutecido e analfabeto, sobrecarregádo de impostos e sem camisa, esmagado pelo peso dos adeantamentos, e com os crédores á porta, quando fugiu.

E, por esse país além, o sr. Antonio José de Almeida, uma das figuras maiores de demolidor nos tempos da monarquia, nos comicios, prometeu ao povo, solenemente, cortar a direito para pôr no são, quando a Republica se fizésse, as pustulas do velho e gatuno regimen, castigando todos os prevaricadores indistinctamente!...

Assim, quando a Republica surgiu, o povo esperáva confiadamente o começo de vida nova que na oposição repetidas vezes lhe prometeram e que o Govêrno Provisorio fizésse, livre de paixões e com toda a serenidade, com braço firme e inabalavel resolução, o complemento da Revolução de Outubro.

Esperáva o povo que o partido republicano, conservando-se disciplinadamente unido, sem dissenções entre os seus homens principaes, colaborasse altivamente com o govêrno, seu delegado, prestando-lhe o seu apoio, animando-o nos restos de demolição monarquica a fazer e auxiliando-o na obra urgente de reconstrução nacional.

Esperava o povo que os apregoados castigos dos delapidadores aparecessem, obrigando esses homens a entrar nos cofres públicos com as quantias de ali indevidamente desviadas, *sob todas as fórmas de adeantamentos*, e, nas cadeias, os insolventes.

Esperava o povo que, nos lugares de confiança da Republica, se colocassem individuos confiadamente republicanos e que se fizesse uma escolha séria e rigorosa no escalracho burocratico com que a monarquía ingára o país.

Compriu o sr. Antonio José d'Almeida, que foi quem mais promessas fez, quem mais arrastou o povo com a sua palavra quente e persoasiva? Mostrou, ao menos, vontade de cumprir as suas promessas, deixando vêr que, se faltava ao cumprimento da sua palavra, éra porque os seus colégas lhe contrariávam os seus propositos honestos?

Não. Continuam á solta todos os adeantádos e adeantadores e a mesma burocracia gosando a vida do tempo da monarquía. Os cofres públicos, se roubados fôram, continuam defraudados do mesmo modo, pois ninguem repoz as quantias que indevidamente recebeu.

Protestou ao menos o sr. Antonio José d'Almeida contra a deslealdade feita ao povo republicano?

Não. Ele que tinha sido um combatente ousado e brilhante contra o velho regimen sonhou, sua vaidade obesa, ser chefe politico, formar partido a que ligasse o seu nome.

Procurar adeptos dentro do velho partido republicano, depois de se haver mostrado defensor de todos aquêles monarquícos que na oposição marcára como réprobos, seria uma loucura. Assim o reconheceu o sr. Antonio José d'Almeida e, por isso, foi procural-os no campo monarquico inaugurando a politica de atracção.

O arlequim! O *clown* politico da ultima hora!

A AUDITORIA

Ainda que se encontre em serviço o seu proprietario, cabe perguntar o que ha resolvido sobre o seu substituto.

O sr. dr. Cherubim Vale Guimarães, que tem esse encargo, entendeu pedir na devida oportunidade, embora a quem nada tenha com o caso, que lhe cortasse o cordão umbelical, que o ligáva ao logar. Ora sendo assim respeite-se a boa vontade d'êste cavalheiro que tem todo o direito de ser atendido. E' certo que lhe não faltaría um jornal onde s. ex.ª diga ainda da sua justiça, sobre a questão; todavía não será tão facil como outr'ora, antes do divorcio havido entre êle e o socio José Maria. Estâmos em crêr que não será preciso, por parte do joven bacharel, confirmar as suas categoricas declarações. O ilustre causidico quer que o isólem das suas funções, cortando-lhe o cordão. Não é preciso mais nada, pois. Cabe agora ao sr. governador civil, fazer-lhe a vontade, que por todos os titulos meréce, não o indicando de novo para substituto desse logar que *embora* o sr. Cherubim *o agradeça, politicamente o não merece.*

A espontanea confissão é uma atenuante.

Que por isso a tome na devida conta, a ilustre autoridade superior do distrito.

BALDAS CÉRTAS...

O *Intransigente* de ha dias, noticiando o aparecimento dum novo jornal em Lisboa, escreve:

«... o novo colégа será escrito com brilho, redigido com talento invulgáres nésta charra imprensa portuguêsa, onde, por via de regra, se escreve com os pés e se pensa pela cabeça... dos outros.»

Nunca o *Intransigente* disse uma verdade tão grande. Haja vista o que lá vai por casa em que Machado Santos, *jornalista*, é o primeiro a não desmentir o autor do éco.

Vagueando

Noticias recentes dão-nos como novamente em Tuy aquêle bandalho que desmoralisou Aveiro com as suas ejaculações purolentas no pasquim de Arnélas e que agora se propõe escrever um livro de escandalo—para ganhar dinheiro, como êle diz—em que o colégа da conspirata, Paiva Couceiro, apanhará a sua conta por não querer arriscar a péle invadindo Portugal com a tropa fandanga manuelina.

Se assim fôr, é caso para perguntar: mas orque se não pôz o ex-capitão, que a monarquia arredou das fileiras do exercito por incapacidade moral, á frente do bando de traidores, de que tambem era chefe, e veio êle—o *valente* e *destemido*—restaurar o antigo regimen de latrocinios, roubos, *adeantamentos* e tudo?

Onde estáva Homem Cristo no dia da entráda em Vinhaes do exercito *libertador?*

Decididamente muito vâmos rir e... comentar.

ECLIPSE DO SOL

Está despertando o maior interesse no mundo scientifico o proximo eclipse anular total do sol anunciádo para o dia 17 do corrente e que déve ser visivel, caso o permita o tempo, em varios pontos da Europa, mórmente em Portugal, onde já se encontram alguns astronomos estrangeiros que de proposito aqui veem para observar o extraordinário fenomeno.

Como o de 1900, o eclipse de agora é tambem bastante visivel na vila de Ovar, mas onde êle atinge o maximo de totalidade, que está calculáda num segundo apenas, é nas cercanías de Penafiel, que por essa razão será, indubitavelmente, o ponto escolhido para estudo dos que lêem nos astros com tanta ou mais facilidade do que qualquer leitor habitual do Monte Verde lê os artigos do sr. José Maria, no *Correio*...

Se o eclipse solar de quarta-feira pudér ser observádo com nitidez egual ao ultimo visivel no nosso país, que grande, que maravilhoso espectaculo vai ser esse da natureza!

IMPAGAVEIS

Consta-nos que o vigário de Arada é um dos parocos do concelho de Aveiro a quem mais tem custádo a roer a mudança das instituições e especialmente a lei da Separação, que lhe anda atravessada nas guélas duma fórma tal, que até se obriga a não considerar gente de honra aquêles que não procuram a egreja, emancipados como se acham da tutéla infamante que sobre êles pesáva.

Mas que ideia fará o padre Pato do que seja honra?

O mais engraçado de tudo, porém, é que o reverendo sustenta que o casamento civil não é fórma legal de união entre dois individuos de sexo diferente e que por isso a egreja os não poderá considerar como conjuges sem que rectifiquem o casamento para então ficárem habilitados a todas as benções do céu...

E' curioso tudo isto. O padre Pato a fingir que desconhece que aos seus pés tenham ajoelhado muitos amantes e das suas mãos tenham saído inumeras particulas, que os vão absolver das dividas contraidas perante Deus...

Ah! hipocritas duma figa!...

"O Democrata,,

Fez sucésso o ultimo n.º dêste jornal em quem o público continúa a vêr o mesmo combatente com quem se familiarisou desde os tempos nefastos da ominosa monarquia.

Apezar de a termos aumentádo alguns centos mais, a edição dêsse dia está quasi esgotáda, pois de toda a parte nos teem chegádo pedidos de exemplares assim como novos assinantes que desejam inscrever-se com a condição expressa de lhe não faltar o numero da passada semana.

Emfim, o *Democrata* de sexta-feira márca na sua existencia mais um triunfo que de algum modo nos faz esquecer a perseguição que sofrêmos da malandragem que se havia assenhoriádo de Aveiro e se queria fazer passar por *lidimas individualidades da nossa terra!*

Portugal tem sobre si um mandato imperativo, instante, devido ao atrazo intelectual e á precária situação material em que a monarquia, resumindo entre nós todos os defeitos da nefasta educação jesuítica, vícios orgánicos e especulação política, deixou o País.

E' por isso que, pensar ainda na regressão a um regimen, que se desfez na mais abominável corrução, só pode ser um sonho mau de indignas criaturas.

Eu, por mim o confesso: sendo maximamente respeitador de todas as crenças e tolerante, não posso, hoje e em Portugal, associar as duas palavras—monárquico e patriota—*que não seja por uma outra*—idiota.

Rodrigo Rodrigues.

Para os pobres de "O Democrata,,

Duma respeitavel senhora désta cidade acabâmos de receber para distribuir por 20 pobres nossos protegidos, a quantia de 5$000 reis com que deseja comemorar o seu restabelecimento duma pertinaz doença de que foi acometida.

Vâmos desempenhar-nos da missão e no proximo numero darêmos os nomes dos contemplados por quem desde já ágradecêmos á generosa bemfeitôra a sua lembrança.

AS PROCISSÕES

Na quinta-feira da semana finda—e do facto tem feito a imprensa numerosa referencia—deu-se na Chamusca uma colisão que atingiu gràves proporções, entre os elementos republicanos e reaccionarios. A causa foi a organisação dum préstito religioso, que contra as determinações da autoridade local, se exibiu á noute, percorrendo a via pública.

Segundo se depreende da narrativa que em varios jornaes têmos visto, os manifestantes ao passarem junto do club democratico, das palavras passáram aos actos, apedrejando o edificio e fazendo diversos tiros, que das janelas da casa corresponderam, tendo morrido na refrega um homem e ficando outros gràvemente feridos, áparte leves ferimentos em grande quantidade. Indiscutivelmente a responsabilidade do acontecimento cábe, intacta, ao govêrno e aos seus agentes por uma simples razão: porque não cumprem a lei. Não nos venham argumentar com o facto de que a autoridade tênha proíbido o que deu margem á desordem. Se a procissão estáva proíbida, tem-se por toda a parte permitido outras, estabeleceram-se precedentes com ofensa da lei e a lei é muito clara, muito explicita e muito terminante:—proíbe manifestações externas do culto. Mantenha-se, portanto, o que a lei determina. Essa é que é a questão. As transigencias havidas pelo govêrno, não tem sido tomadas nem consideradas na sua verdadeira significação, mas sim como provas manifestas de fraqueza por parte das instituições. Qualquer dêsses que por aí andam exibindo-se pela cidade de ópa e de vára de prata nas unhas, levando na sua frente o *Japão* e quejandos, patenteando os seus arreigádos e *puros* sentimentos religiosos, tendo, porém, pelas ruas, os filhos que escorraçáram e não reconhecêram, andrajosos e mendigos; qualquer dêsses e outros de egual jaez, assim afirmam, e francamente, alguma razão lhes assiste para taes suposições. Nada de que a lei expressamente proíbe se tem impedido. Nós vimos procissões, egrejas abertas de noute, priores nas suas freguezias recebendo o folar, funeraes com o respectivo acompanhamento de irmandades de ópa, cruz e padres de habitos e insignias, emfim mantendo-se toda essa ridicula exibição, que é a nota mais tristemente agúda do atrazo e da ignorancia popular.

Apologistas fervorosos da liberdade sob todas as suas manifestações, nós só pedimos o cumprimento da lei, sendo cérto que essa mesma lei consigna e defende os actos do culto interno, aplicando sevéras penas a quem, nos templos, os fôr perturbar. Só merece o aplauso geral tal determinação. Mas não nos impônham, porém, a obrigação de acatar ainda esses estafádos e gastos restos de paganismo, nas exibições de ridiculos mamarros, para que ajoelhêmos e nos descubrâmos á sua passagem!

Isso não! Isso nunca!

Que dentro das suas egrejas, a quem lá vae, por que quer ir, se lhe exija, como a lei exije, o maior recáto e respeito, é mais que justo, é legal; mas que queiram por sua vez obrigar quem não comunga no mesmo ideal a aceitar a verdade do que se não crê, é uma violencia, que repelimos, é uma ofensa á lei que não permitimos.

A unica solução que se apresenta para terminar de vêz com taes conflitos que se sucédem, exclusivamente por falta de energia, mantendo o prestigio da lei, é cumpril-a, acabando com essa faculdade concedida ás autoridades locais para que élas por si resolvam e defiram sobre petições a tal respeito.

E' claro que no espirito da maior parte déssas autoridades, sugestionádos por diversas causas e nomeádamente para que não fiquem com odios dos elementos *misticos* da localidade, transigem. Classificâmos, pois, este remendo deitádo na lei, uma cobardia. A lei cumpre-se e tem que cumprir-se na sua letra, sem tergiversações, nem receios, decidida, inexoravelmente.

Do contrário aí teremos por toda a parte a repetição déstas scenas vergonhosas e notavelmente indicadoras do atrazo do povo que, irreflétido, passa a ser o instrumento inconsciente nas mãos daquêles que, abusando da sua superioridade intelectual, exaltam e levam os ignorantes á prática de excessos da natureza do que referimos.

Entre nós não tem percorrido as ruas da cidade êsse genero de manifestações religiosas, que não tenham estádo iminentes diversos conflitos, ocasionados pela intolerancia dos que querendo para si regalías e direitos, não os reconhecem para os outros, porque indo descobertos, com o que ninguem se importa, já não toléram que segundos éstejam de chapéu na cabeça! Palpita-nos que, não sendo absoluta e d'uma vez para sempre proíbidas essas ridiculas mascaradas—porque entendêmos que, quem quer, de facto, e com intima devoção resar, o faz em casa ou na egreja — terão de repetir-se aqui e por muita parte, novos conflitos com bem mais gràves consequencias.

A procissão que por aí andou no domingo, ao passar junto aos Arcos, encontrou-se, dizem-nos, com um filho dum oficial do exercito, que,

estando coberto, foi acremente censurado por um individuo dos que faziam parte do préstito, e desrespeitado pelo mesmo que entendeu que devia, com um violento safanão, tirar-lhe da cabeça o chapéu sem se recordar na sua furia... evangelica, de que assistia ao agredido o mesmo direito de impor-lhe que por sua vez se cobrisse.

Achâmos natural e logico êste raciocinio. Se aquêle se julga no direito de descobrir êste, porque não hade nêste reconhecer igual direito de mandar cobrir aquêle?!

Se o facto comnosco se désse, o autor da proeza teria a resposta pronta pela bôca duma pistola.

Mas, pondo de parte considerações que em nada altéram a essencia da questão, manda o bom senso e o prestigio das proprias instituições qne a lei se cumpra inflexivel e rigorosamente.

E até que tal determinação seja tomada, as autoridades devem, sem mais preocupações senão a da ordem pública, recusar pedidos para tal fim. Entendêmos que esta medida é absolutamente indispensavel para que se não repitam cênas tão tristemente lamentaveis, com o inutil e estupido sacrificio de vidas e perturbações que só alarmam e produzem toda a série de embaraços e exaltação.

Corte-se o mal pela raiz, porque bem facil tarefa é.

Acabe-se para sempre com o mal, extirpando-o d'uma só vez.

Ao ex.mo Comissario de policia

Ao distinto funcionário para quem nunca apelamos em vão: Muito necessario se torna, sr. Beja da Silva, a presença da policia na parte exterior do edificio da estação do caminho de ferro, que liga o largo público que o antecede, para evitar scenas vergonhosas e assaltos em fórma aos passageiros, que para se dirigirem á cidade tem forçosamente de por ali pássar. Um chuveiro de creancinhas infelizes e miseraveis cércam as pessoas num peditório que atinge o desespero, estando ás hombreiras das portas, além dum grupo de mulheres que numa confusão diabolica oferecem os seus serviços para a condução de malas e outros objectos, diversos mendigos entre os quais um desgraçado a quem uma tuberculose na laringe, põe notas de horroroso sofrimento, que aterra e perturba quem o presenceia.

A' porta da saída, dentro da *gare*, apezar, ás vezes, da presença da policia, esta não faz valer as suas ordens como deveria, ocasionando-se por isso desde este ponto incidentes de que, nem fóra até do edificio, o visitante se póde desembaraçar.

Era muitissimo conveniente evitar tudo isto, pelo bom nome désta terra e cértamente não se farão esperar as indicações que o brioso e digno comissario de policia entenderá dever dar.

ÊLE LÁ SABE...

Diz Machado Santos que para vêr como os *tubarões* engordam basta miral-os á manjadoira do Terreiro do Paço, acrescentando: *E não estoiram porque são, como todos, de muito comer.*

Não vamos mais longe: Machado Santos recebe do Estado além do soldo de capitão de mar e guerra, a pensão de três contos e seicentos mil reis por ano que a Republica lhe dá como pagamento de serviços prestados na Rotunda e mais o subsidio de deputado, uns cem mil reis mensais, que pelo menos chegam para fumar um bom charuto...

E a falar de papo, o *desinteressádo jornalista*...

Gràve

Um assunto dos mais importantes principia de ser ventilado na imprensa, não podendo nós esquivar-nos, atenta a fórma como são atingidos os interesses désta região, a que dêle nos ocupêmos tambem, como devidamente merece.

Referimo-nos ao fornecimento e exportação de gado para Lisboa, que, segundo corre, obedecendo a inconfessaveis interesses, pactuados particular e criminosamente, permitam-nos o termo, entre os marchantes e fornecedores daqui e doutras regiões, tem produzido a crise dos ultimos tempos, com gràve prejuizo do público e não menos prejuizo do creador. Diz-se que entre essas duas classes se acordou no processo de execução dum novo monopolio, tendo-se resolvido que entre os marchantes ficasse assente o preço a oferecer ao lavrador pela compra das suas rezes, de fórma que, como consequencia dêsse pacto, o lavrador seja forçado a vender pelo preço que lhe oferecerem, sem outra probabilidade. Os marchantes, que se não hostilisam, fazendo qualquer, maior oferta do que outro, obrigam portanto o lavrador a dar-lhes por 3 o que vale 5, levando-o até á imediata transação no acto da proposta, porque êste tem a certeza antecipada, que não a fazendo de pronto, o prejuizo será maior no dia seguinte e maior ainda passados dias.

Até ha pouco o creador exportava por sua conta ou por intermedio de segundo que, ápartе a sua comissão e despezas indispensaveis, fazia embolsar o lavrador da importancia total da venda do seu gado, pelo preço corrente no mercado.

Ultimamente já isso se não fazia e o lavrador passou a receber menos 150 e 200 reis em cada arroba, o que representava além de um prejuizo formidavel, o desanimo por parte do creador que não via por fórma alguma compensados os seus trabalhos, as suas vigilias com a creação por êle mantida.

Cabe aqui, corroborando quanto dizemos, reproduzir o que afirmou sobre o assunto o presidente da Associação dos Cortadores, de Lisboa, pessoa em absoluto insuspeita e ultimamente interrogada a este respeito:

«A verdade é que o público está já sacrificadissimo e não será facil—a continuarem aos coisas da maneira por que estão correndo, será mesmo impossivel—conseguir que esse público pague mais cara ainda a carne, que tanta falta faz á sua alimentação.

«Ora nós já estâmos pagando, em péle, a 330 reis; se ámanhã nos obrigarem a pagal-a por um preço mais elevado, o que seria até desumano, onde haviamos de ir buscar o necessario dinheiro?

«Nem o consumidor nem nós podemos mais!

—E de quem a culpa? — interrogámos.

—Parece-me ser evidente que o maior quinhão de responsabilidades cabe aos fornecedores de rezes.

«Ha tempos, a Associação de Agricultura Portuguêsa, depois de profundamente estudar este importante assunto, declarou ser razoavel para a carne da beira-mar o preço de quatro mil trezentos e cincoenta réis por 15 kilos. E o senhor sabe a quanto a estâmos pagando.

«Argumentam *êles* com a falta de gado. Consinta, porém, que eu lhe diga uma coisa bem verdadeira: para aquêle preço ou outro um pouco mais elevado, nunca aparecem rezes; para o de quatro mil e setecentos réis e de aí em deante, o gado surge logo, como por encanto.

«E não se diga que é só nesta quadra do ano que tal acontece; em qualquer tempo que se queira fazer uma experiencia, vêr-se-ha se eu exagero ou se digo a verdade afirmando que uma crise se declararia. Emfim, mistérios.»

Os mistérios são aquêles com que nós principiâmos o que sobre esta importantissima questão entendemos referir: é o facto ajustádo entre marchantes e fornecedores, para que dêle provenha o maximo lucro, o mais elevado proveito para o bolso dos monopolistas, com o despreso completo e indiferença manifesta pelos prejuizos dos outros, a quem cabe por sua vez o dever indiclinável e inadiavel de defender os seus interesses atravez de tudo, custe o que custar.

Sem pretenções a juizes na questão, entendiamos, todavia, que os lavradores deveriam reunir-se e tratar sem demora dêste momentoso assunto, expondo-o com toda a verdade ao representante do governo nésta cidade a quem demonstrariam com toda a exatidão os enormes prejuizos sofridos e pediriam que por meio dum fiscal, nomeado oficialmente, mas por êles pago, fôsse restaurada a possibilidade da exportação por sua conta, feita directamente para Lisboa, recebendo assim o que de direito e como paga da sua fazenda bem merecem.

Assim acabar-se-iam com todas as razões que *misteriosamente* estão aniquilando os esforços dos creadores e que além disso, prepara uma crise futura das mais gràves, pois convencidos os lavradores da inutilidade e do nenhum proveito que lhe advenha pela engorda do gado, abandonal-a-ão geralmente, atingindo-se então a agudeza duma situação que não será facil remediar com a rapidez necessária.

Pelo que expômos e conhecêmos, o caso de que se trata é dos mais gràves e bem preciso se torna que da iniciativa dos lavradores e bôa vontade da autoridade provenham as indispensaveis medidas para terminar com um estado de cousas que, de facto, não representam um comercio, um negocio, mas uma exploração indigna e um crime bem digno de pena correspondente.

Os republicanos, triunfantes hoje, para conservarem a precisa coerencia com as promessas produzidas na oposição—que eram e são ainda a expressão exacta das nessessidades nacionais—devem reler, com cuidado e frequencia, a obra de propaganda antes realisada, toda essa obra excitadora da ancia de justiça em que se abrazou o Povo Português, entre cujos estimulos avulta, em primeiro logar, o esquecido e quasi escarnecido programa do partido republicano.

Rodrigo Rodrigues.

Levantando o véu...

O anunciado livro (não confundir com o outro em preparação devido á pena *brilhante* do *Mijarêta*) a que noutra parte aludimos e no qual o seu autor, o famoso Homem Christo, põe a descoberto as pustulas que cobrem o seu digno émulo e camarada, Paiva Couceiro, contém juntamente paginas de acerba critica a diversos actos e orientação politica do sr. Antonio José de Almeida e outros vultos em destaque a dentro das instituições atuaes. Mais sabêmos que ao dr. Afonso Costa, em quem o bandido descobre diversos defeitos de *origem*, não nega as brilhantes qualidades do seu espirito e a envergadura capaz de produzir e obter o que todos os outros homens públicos não poderão conseguir.

Chama-lhe até o *unico* homem da Republica...

E' decididamente unico, aquêle pandilha! Todos, porém, lhe conhecem as manhas e facilmente se compreende a excéção com que o miseravel pretende distinguir o dr. Afonso Costa...

O que nós queriamos era a inserção no livro daquélas cartas que o padre Fernandes viu e que a *Republica* desmentiu e ainda a discrição das *ententes* que alguns *heroes* aí viéram preparar...

Mas Cristo guardará tudo isto para os ultimos tiros, quando êle pretender justificar a *dignidade* do seu procedimento e a traição dos *outros*, no que nésta segunda parte talvez tenha razão...

Agora falta o nobre Conde de Agueda dizer da sua justiça—para falar a *trindade*.

Venha de lá isso, venha de lá isso!

REPRESENTAÇÃO

Ex.mo Sr. Minislro do Fomento

Ha muito que o comércio de sal e pesca, as principais industrias aveirenses, vêm sofrendo gràves prejuisos em virtude das dificuldades de exportação que, traduzindo-se num consideravel agravamento de despêsas, levam os compradôres a preferirem os produtos désta região aos similares doutras onde os meios de transporte e condução são mais faceis e, portanto, mais económicos.

Para obviar este mal, conseguiu a cidade que a companhia dos Caminhos de Ferro Portuguêses estudasse uma linha de serviço que, ligando o canal acostavel de S. Roque com a estação da mesma companhia, désse facil e económica expedição não só ao sal produzido na ria mas tambem á pesca colhida na mesma ria e arrastada nas costas e estancias de pescaría dêste litoral.

Está o projecto já superiormente aprovado; tem a companhia no seu orçamento a verba necessária para a imediata construção da linha; estão já contratadas algumas expropriações amigaveis, mas por dificuldades ou divergencias que se dizem ter surgido á ultima hora entre a companhia e govêrno, suspendêram-se todas as negociações com os proprietários a expropriar, e a cidade vê mais uma vez embaraçada a realisação dum melhoramento com cuja falta o comércio e industrias locais continuam a sofrer gravissimos prejuizos.

Reforçando o pedido que pela Câmara Municipal, Associação Comercial e Industrial de Aveiro e outras corporações locais a V. Ex.ª vão dirigir, este Centro ousa rogar tambem a V. Ex.ª para que, com os seus patrióticos esforços e alto valimento, contribua no sentido de se removêrem as dificuldades que, por ventura, hajam agora surgido, sem o que as principais fontes de receita désta região continuarão sofrendo, como ha muito sucéde, enormes prejuizos.

Não só a cidade, como êste Centro, confiam no patriotismo de V. Ex.ª e teem esperança em que os bons esforços de V. Ex.ª tudo resolverão a favor dos interesses désta terra.

Saude e Fraternidade.

Aveiro, 8 de abril de 1912.

A Direcção do Centro Escolar Republicano de Aveiro,

(aa) *Amadeu Faria de Magalhães, Manuel Lopes da Silva Guimarães, José Pinheiro Paupista, Antonio Vilar.*

"Club dos Galitos"

Agradecêmos á direcção désta importante casa de recreio o seu convite para o *nine oclok tea* de domingo de Pascoa, a que não assistimos simplesmente por encomodo de saude que durante alguns dias nos não permitiu sair de casa.

MANUEL DE BRAGANÇA

Um cabotino

No *Diario de Noticias* de 4 do corrente publicou o sr. D. Luiz de Castro mais uma crónica agricola, para uma passagem da qual chamou a minha atenção o *éco* do *Mundo* de 5, sob o titulo *Olhem para isto!* E' o caso que o snr. D. Luiz de Castro, professor de agronomía, se refere no seu escrito ao poderoso, assiduo e inteligente auxilio do ex-rei D. Manuel, bem como á acuidade de raciocinio clarissimo e ilustrado do moço que foi o chefe de Estado em Portugal desde a tarde de 1 de fevereiro de 1908 até á manhã de 5 de outubro de 1910.

Este juizo ácerca do mancebo exilado, precede-o o snr. professor Castro dêstes dizeres:

«Tinha eu então a grande honra de ser ministro de sua magestade el-rei o snr. D. Manuel»...

Vou dar aqui um testemunho que servirá para aquilatar das faculdades da ex-magestade e do mesmo passo para se avaliar a justeza de critica com que um professor português, esquecendo-se de que o é, ao que parece, nos apresenta o reisinho deposto como luminar de intelécto alto.

Antes porém não será descabido frisar que o snr. D. Luiz de Castro se sente ainda hoje muito desvanecido por ter pertencido ao gabinête de cujo ministerio da justiça foi alijado um grande jurista português, declarado liberal e defensor das prerogativas do poder civil, graças ás influencias que apoiaram o bispo de Beja, tipo eloquente da decadencia com toda a inversão de principios—e de fins...—a que chegára a *companha* da barcaça governativa.

Mas o sr. professor D. Luiz achou muito bem o caso, e ainda nesta data s. ex.ª recorda com saudade a cadeira que ocupou no poder. Pois que lhe preste.

* * *

Aí por fevereiro de 1909, estando eu na Iiha Terceira a estudar e a combater uma epidemia que ali grassou, fui convidado, por intermedio dum açoreano, a comparecer perante o chefe do Estado no meu regresso a Lisboa. Depois de acentuar a quem me fez o convite *que não era correligionário do rei*, o que o meu interlocutor aliás bem sabia, declarei-lhe que iria ao paço como funcionário público e como interprete das reclamações do povo terceirense e, dum modo geral, de todo o arquipelago contra a inação que o poder central mostrava na conjuntura, abandonando por assim dizer os Açores á sua sorte.

* * *

Cheguei a Lisboa cerca dos meados de maio e, depois de prestar os esclarecimentos devidos ás estações oficiaes, escrevi directamente ao sr. D. Manuel. Acho que cometi uma falta de vulto contra a etiqueta que mandava dirigir-me a uma determinada individualidade do paço, não sei qual; mas nem por isso se mudou a face do mundo.

Na minha carta dizia ao mancebo monarca que estava no hotel tal, onde recebia as suas ordens, que me podiam ser dadas mesmo pelo telefone.

A epistola foi entregue no paço por um servente do hotel e algum tempo depois recebia eu comunicação telefonica, transmitida por um magnate familiar do rei, certificando-me que seria recebido no dia seguinte ás 2 horas da tarde.

No momento proprio dirigi-me ao paço, onde fui penetrando cortejado por mesuras com espinhas escandalosamente dobradas até chegar á ante-camara régia. Havia ali varias pessoas graves que não é preciso nomear; entre élas vi depois um padre mulato, muito jesuita de suas maneiras. Encontrei lá tambem um meu ilustre coléga, bacteriologista de nome, que ia agradecer ao rei os pêsames que lhe déra pela morte duma pessoa de familia.

Poderão os senhores calcular quem foi a primeira pessoa recebida? Pois não é dificil. Quem têve as primicias nessa recéção foi o reverendo, com modos de muita compostura; e não foi só isso. O padre demorou-se extraordinariamente, a tal ponto que tive a impressão de que estivéra a resar pelo menos um rosario.

Depois D. Manuel mandou saber quem eram as pessoas que esperavam ser recebidas e, como ali estava o meu coléga bateriologista, resolveu falar com êle antes da minha entrevista, fazendo-me saber, a mim, que me recebia mais tarde *justamente por desejar que conversassemos mais á vontade.*

Não era tal esse o motivo de me deixar para o fim; o motivo foi que o mancebo esteve a estudar com o meu coléga o que diante de mim havia de dizer, para fingir de douto. E, se fosse habil, ficaria bem preparado, porque o mestre era excelente; mas nada disso sucedeu, como vai vêr-se.

* * *

—Faça favor de entrar, disse o conde de não sei quê para mim; é o snr. doutor fulano?...

—Sim senhor, respondi. E entrei.

O rapaz que me surgiu pela frente e que eu nunca vira de perto impressionou dum modo singular a minha retina de medico, trazendo-me logo á lembrança os *écos* da *Lucta* em que se pintava, com dois traços, o *Sebastião Mirrado*; mas não insisto neste ponto para arredar da minha consciencia profissional o peso de alguma vez a haver utilisado em detrimento de quem quer que fosse.

Numa pronuncia de estrangeiro que me arripiou, a *juventude radiosa* recebeu-me assim:

— Sousa Juniorr, fêlicito, fêlicito e fêlicito...

Fiquei a olhar, um tanto espantádo, para o moço... Esperava o resto, mas nada, nada mais veio.

— Muito obrigado a v. ex.ª, perdão, a Vossa Magestade.

E fui acrescentando que viéra ali como funcionario para prestar os esclarecimentos que me fôssem pedidós e ao mesmo tempo reclamar, em nome dos açoreanos, os recursos indispensaveis para se ultimar a campanha sanitária urgente no arquipélago.

Sentei-me ao lado de D. Manuel e sem perder um unico dos seus géstos, comecei a minha exposição, em que frequentemente tratava o rei por *v. ex.ª* Esse engano não me pareceu que dispusésse bem o mancebo, em verdade. Mas, em verdade tambem, eu estava um tanto mal disposto, porque D. Manuel me tratou por *você*. Não achei mal o meu engano.

Falei do estado da epidemia, das medidas adótadas para a combater, dos sacrificios que as corporações particulares e o povo vinham fazendo desde muito tempo para não faltarem recursos pecuniarios á campanha, do entusiasmo das populações pelo meio mais eficaz de julgar o mal—a desratisação.

O moço fingia que dava atenção, mas ocupava-o outra coisa:—alisava a pastinha, espalmando a mão e carregando docemente sobre o craneo; remirava um anel precioso enfiado no dedo minimo da mão esquerda, salvo erro; contemplava com olhos maviosos a calça esticada e umas ricas esporas de ouro... Narcisava-se, em suma.

E eu encordoava com a scena. Mudei de rumo. Falei então das noções modernas sobre a transmissão da doença que vinha de combater, salientando o papel dos ratos e das pulgas...

O joven soergueu-se e dispôz-se a dizer. Que virá daqui? interroguei comigo.

Era sobre aquêle ponto que tinha versado a lição do meu coléga bateriologista; possivelmente D. Manuel reservava-se para mostrar sabedoría naquéla altura.

E disse então o reisinho:

— E' uma coisa exquisita isso; porque, quem póde estar livre de apanhar uma ferradéla de pulga? Ha tantas aí por toda a parte...

E mais não disse.

Lá tive que voltar á carga, explicando que nem todas as pulgas eram perigosas, que só as dos ratos pestosos, e ainda assim apenas quando êles estivessem muito doentes, estavam em condições de contagiar o homem.

Certo de que a lição não fôra aproveitada, falei a D. Manuel da importancia da desratização para a agricultura, citando-lhe o exemplo das formidaveis campanhas da Dinamarca e da Inglaterra contra os ratos.

—Ah! sim, a agricultura! Tenho por éla um grande interesse...

E ficou-se. Vi logo que haviam ensinado ao rapaz ser necessario ter uma frase de tomo, quando lhe falassem na agricultura.

Tratei depois da necessidade de olhar para os Açôres com mais atenção, pois a emigração ali era já assustadora e muito mais aumentaria se não se tomassem providencias energicas contra a epidemia que agravara sensivelmente a economia daquélas terras.

E' certo, disse eu, que os emigrantes dos Açôres teem constituido fortes colonias na America do Norte e noutros pontos, onde enobrecem o nome português.

D. Manuel corta-me a palavra para dizer:

— Não ha duvida, essas colonias foram sempre muito fieis á corôa!...

Era outra frase feita servida ao rapazinho para que êle a usasse, sempre que se falasse nas nossas colonias de emigrantes.

Refiri-me em seguida á higiéne, considerada como poderosa arma para desenvolver os povos, á sua importancia no ponto de vista economico, á necessidade de a vulgarizar, pondo-a ao alcance de todos, etc., etc.

Nem uma palavra obtive de resposta. Então tirei um papel do bolso e li-o a D. Manuel. Era a lista das medidas mais indispensaveis a pôr em pratica em cada uma das ilhas dos Açôres, acompanhadas das respectivas somas a dispender por parte do Estado.

O rosto do mancebo iluminou-se e eu fiquei abismado. Porque será? Dar-se-ha o caso de que o rei só goste de ouvir falar em dinheiro e de vêr contas? A questão era outra.

E' que o moço estava morto por mostrar-me uma habilidade sua; até ao momento compreendia que se tinha *estendido*, como se diz em *argot* academico. E então eu vi D. Manuel puxar uma cadeira e sentar-se a uma mesa disposto a escrever.

— Vou tomar nota da sua lista, disse êle. Dite *você*, faz favor.

— A's ordens de V. Ex.ª; retorqui. Ia eu a ditar, quando o rei, reconsiderando, atalhou:

— Não, eu copio. E' melhor copiar.

Ageitou-se, tomou ares pretenciosos de quem vai executar uma grande obra e começou a copia.

Então é que eu compreendi. O mancebo tinha uma caligrafia excelente e desejava mostrar-ma.

Não quiz que eu ditasse com mêdo da ortografia; assim, copiando, estáva salvo.

* * *

Emquanto corria a copia, eu disse a D. Manuel que a despesa consignada na lista poderia ser reduzida, se as condições do orçamento o exigissem, a um minimo que, se bem me recordo, deveria andar por 2|3 da cifra apontada. O reisinho levantou a cabeça, olhou-me com ares de pessoas amestradas na vida e disse:

—E' melhor pedir sempre o mais, porque êles dão sempre o menos.

Eles, eram os ministros.

Em verdade, vê-se: D. Manuel tinha ontra prenda além da caligrafia — gostava de pedir dinheiro ao quadrado...

* * *

Saí do paço, ouvindo solénes promessas de que o caso ia ser tratado com todo o interesse, pois a minha exposição fôra completa e convincente, etc., etc.

Emfim, o moço, ao despedir-me, pronunciou as frases do estilo:—*que recomendaria o assunto com toda a solicitude, que tinha o maximo desejo de ser agradavel ao povo açoreano*, etc.

Passados quatro mezes voltei aos Açores. Nada se havia feito.

A situação era peor, muito mais aflitiva do que á minha partida de lá.

* * *

De tudo o que se passou na minha intervista com o ex-rei D. Manuel e eu narrei fielmente, só uma conclusão se pode tirar. Esse rapaz não é mais que um mediocre intelectualmente, e a sua ilustração, no ano em que o snr. D. Luiz de Castro foi ministro, não era cousa digna de menção. Quanto a solicitude pelos *assuntos essenciais para o país*, o exemplo que contei é frisante.

Nada disso. D. Manuel de Bragança não era mais que um joven cabotino, fiel imagem dos seus admiradores -- os ligorios.

Souza Junior.

E' transcrito do nosso presado coléga *A Montanha*, o que aí fica sobre competencia e outros atributos que concorriam na pessoa do filho da sr. D. Amelia de Orleans, que por infelicidade nossa sucedeu, no trôno, ao sr. D. Carlos, de triste memoria.

E ainda ha quem chore o afastamento do desventurado môço dos negocios públicos...

S. THOMÉ

Aquêles dos nossos presádos assinantes da importante possessão ultramarina, que, tendo sido avisádos pelo correio para pagarem a sua assinatura, o não fizéram por qualquer circumstancia, rogâmos a finêsa de nos remeterem os seus débitos em vale, o que muito agradecêmos nésta ocasião, destinada á cobrança do ultramar.

CONGRESSO REPUBLICANO

Realisa-se este ano na cidade de Braga nos dias 27, 28 e 29 do corrente conforme ficou resolvido no que têve logar em outubro de 1911, o congresso do partido republicano, que á velha terra, dominada pelo Bom Jesus, levará cértamente centenáres de congressistas, ávidos de a conhecerem e ao mesmo tempo de dárem á Republica mais uma parcéla do seu esfôrço para a sua completa consolidação.

Para melhor aproveitamento do tempo, o Directorio resolveu tomar sobre si o encargo de fornecer os cartões de identidade aos congressistas, de fórma a evitar o longo e extenuante trabalho da verificação de poderes. Desta fórma, o Directorio entregará os cartões a todos aquêles que tiverem direito a êles, em conformidade com a lei organica do partido, devendo ser requisitados pelas entidades republicanas que se encontram registadas. Essas requisições devem ser entregues até ao dia 20 do corrente, na séde do Directorio, largo de S. Carlos, 4, 3.º Os cartões serão pessoais e intransmissiveis e, servindo de identidade para os seus possuidores dar-lhes-hão entrada no Congresso e direito a quaisquer *bonus* ou concessões que venham a ser obtidos. Quando o delegado não faça parte da entidade representada, deverá a requisição ser feita de acordo com a colectividade politica a que esse delegado pertença.

O programa do proximo Congresso é como segue:

Dia 27, ás 13 horas: Nomeação do presidente nomeando êle os respectivos secretarios—Leitura do relatorio do Directorio e da Junta Administrativa—Apresentação da reforma da lei organica—Apresentação da revisão do programa do partido republicano português—Apresentação de propostas e alvitres, por parte de qualquer congressista—Nomeação de comissões para dar pareceres e apreciar os relatorios do Directorio e Junta Administrativa, e ainda das propostas e alvitres apresentados pelo cidadão presidente da sessão noturna.

Dia 27, ás 21 horas: Nomeação dos secretarios, feita pelo presidente da sessão—Discussão e votação da lei organica—Discussão e votação das propostas e alvitres apresentados na sessão diurna, sobre os quais se não tenham nomeado comissões para dar o seu parecer ou esse parecer seja apresentado—Indicação do presidente para a sessão seguinte.

Dia 28, ás 11 horas: Nomeação dos secretarios feita pelo presidente—Discussão e votação do parecer sobre o relatorio e junta administrativa—Discussão e votação dos pareceres apresentados na 1.ª sessão—Indicação do presidente para a sessão seguinte.

Dia 28, ás 21 horas: Nomeação dos secretarios feita pelo presidente—Discussão de qualquer assunto que o Congresso tenha resolvido reservar para esta sessão—apresentação de propostas, alvitres ou votos para serem discutidos no Congresso de 1913—Eleição do futuro Directorio e comissões que fôrem indicadas na lei organica—Indicação do presidente para a sessão nocturna.

Dia 29, ás 8 horas: Nomeação dos secretarios feita pelo presidente—Indicação do local onde se deve realizar o Congresso de 1913—Encerramento do Congresso.

Porque assim o entendêmos por conveniente e para completa elucidação de todos os correligionarios, transcrevemos tambem os artigos da atual lei organica, referentes á constituição do Congresso, que são os artigos 8.º, modificádo pelo Congresso de 1911, e o 9.º, que são dêste teor:

Art.º 8.º—Os congressos ordinarios e extraordinarios são constituidos:

1.º—Por delegados eleitos por sufragio directo, um por cada comissão parochial;

a) Emquanto, porém, não estivér regularmente organizado o recenseamento dos eleitos republicanos em cada freguezia, poderão estes delegados ser eleitos pelos membros efectivos e substitutos das comissões parochiais;

2.º—Pelos presidentes das comissões distritais e municipaes;

3.º—Por um representante de cada associação, centro ou escola, que estejam filiados no partido;

4.º—Por um delegado de cada vereação ou junta de paroquia republicanas;

5.º—Os individuos que fôram deputados republicanos ou como taes eleitos anteriormente á proclamação da Republica;

6.º—Pelo Directorio e antigos membros do directorio;

7.º—Pelos membros da junta administrativa;

8.º—Pelos membros da junta consultiva;

9.º—Pelos representantes dos jornais republicanos, sendo dois por cada jornal diario e um por cada um dos outros;

Art.º 9.º—São atribuições dos congressos ordinarios:

1.º—Eleger o directorio e as juntas administrativa e consultiva;

2.º—Modificar o regimen interno do partido;

3.º—Formular e modificar o programa do partido;

4.º—Apreciar o relatorio politico apresentado pelo directorio e o relatorio economico da junta administrativa;

5.º—Apreciar o relatorio ou relatorios parlamentares que devem ser apresentados pelos deputados republicanos;

6.º—Apreciar e votar as propostas que lhe fôrem apresentadas.

Art.º 10.º—Nas votações do congresso cada congressista tem sempre um só voto, qualquer que seja o numero de entidades que por ele se façam representar.

Será mais verosimil a história registar a dissolução de uma unidade étnica, que já perdura ha séculos, do que voltarmos a ser subditos de uma monarquia infame. Não está, pois, nisto o perigo e muito menos nesses cavaleiros de triste figura, por muitos que êles fossem, que além na fronteira esperam auxilio dos cirineus internos e externos.

Rodrigo Rodrigues.

SOMA E SEGUE

Como a hydra de Lerna, que revivia das proprias cinzas, de novo nos aparece aí o sr. Coronel Pereira Dias, eterno sindicante das Obras Publicas, aparentando felizmente uma bela saude e não menos bela disposição de continuar... com a sua obra, que já agora podo correr parelhas com as Santa Engracia!

Afinal já lá vão dois anos, e sobre o que se afirmou e segundo se diz, provou, continuâmos a ignorar o que ha de verdade á cêrca desses factos, que a serem verdadeiros, representam crimes, taes como: forneceimentos feitos por conta dos proprios empregados fiscaes das obras, falsa inscrição de individuos como trabalhadores e fornecedores, diferenças de preços de vario material etc. etc. etc.

Do que não resta duvida é que esta sindicancia tem custado bem bom dinheiro ao tesouro publico e muito longe está ainda, conforme vêmos, de atingir o seu fim.

Francamente: é mais que escandaloso o que se está passando.

Pela imprensa

Recebemos o 1.º numero de três novos colégas intitulados *O Riomaiorense*, de Rio Maior; *O Barrosão*, de Montalegre e *O Quatro de Outubro*, de Loures.

Cumprimentâmol-os.

═ Comemorou no dia 10 as suas bôdas de prata *O Jornal de Estarreja* que ha 25 anos se publica na vila donde tirou o nome.

O numero dêsse dia é quasi todo referente á data da sua fundação e nêle vem insertos os retratos dos seus primitivo e atual director.

Felicitando o *jornal* pelo festivo aniversário, de aqui lhe agradecêmos o convite que nos foi enviádo para irmos assistir a todas as demonstrações de regosijo efectuádas por essa ocasião.

NOTAS DA CARTEIRA

Recebêmos no fim da ultima semana a inesperáda visita do sr. Antonio Antunes de Abreu, que ha quinze anos se ausentou de Portugal para montar em S. Paulo, E. U. do Brazil, um importante estabelecimento de modas de que tem sido o principal gerente. O sr. Abreu fez-se acompanhar de sua esposa e tenciona demorar-se alguns mezes entre nós, só contando regressar novamente ás suas ocupações depois de percorrer os principais pontos do nosso bêlo país.

Gratos pela gentileza dos recem-chegados, daqui lhes desejâmos todas as felicidades.

═ *Para o nosso amigo Pompeu Alvarenga, socio da importante casa comercial do Congo Belga,* Alvarenga & Irmão, *foi pedida em casamento no ultimo sábado, a sr.ª D. Virginia Amelia Valverde Serrão, filha muito prendada e formosa do sr. Diogo Maria Serrão, já falecido e da sr.ª D. Maria do Carmo Serrão, aqui residente.*

O enlace realisa-se num dos proximos mezes seguindo os noivos logo depois para o ultramar.

═ *Regressou a Santarem com sua esposa, o nosso velho amigo e conterraneo, Luis Antonio da Fonseca e Silva.*

═ *Chegáram de férias, reassumindo as funções dos seus cargos no liceu désta cidade, os srs. drs. Eduardo Silva e Luis de Brito Guimarães.*

═ *Veio a Aveiro passar o domingo de Pascoa com sua familia, o sr. José Antonio Cidraes, oficial em serviço na 4.ª direcção da administração geral dos correios.*

═ *Parte na segunda-feira para Lisboa, no rapido da manhã, o deputado Marques da Costa.*

═ *Com curta demora estivêram entre nós os srs. Fernão de Lencastre, administrador de Oliveira de Azemeis e Alfredo Alegria.*

MULAS DE REFORÇO

E' vóz corrente que a *talassaría* indigena, cruzada com a raça jesuitica, chamou todas as velhas mulas de reserva para engrossarem, com a sua presença, as procissões que, com a maior ofensa á lei e aos brios liberaes da cidade, para aí se estão fazendo todos os dias.

E assim é que nêstas ultimas se encorporaram individuos que não havia lembrança de se têrem visto em tais funções.

Não nos acusem por isto de intolerantes e violentos. Referimos o caso porque êle representa uma infracção á lei embora fosse concedida pela autoridade licença para essas manifestações do culto. Se esses individuos vão para a egreja de manhã até á noute, que se confessem diariamente e jejuem, até que rebentem, não têmos o direito de os censurar. A lei faculta-lhes a sua liberdade de acção e de pensamento e têmos de acatar a lei. Agóra que êsses senhores, **empregados publicos uns em activo serviço, outros já aposentádos** obedeçam ao santo e á senha reaccionaria, para com a sua presença engrossárem manifestações, que são feitas com o unico proposito de acinte e de desrespeito pela lei e pelas instituições, isso é que não permitimos sem o nosso protesto, lembrando ao sr. governador civil a conveniencia de apurar alguma cousa sobre o que aqui dizemos, que é verdadeiro, e apontar o nome dos que se encontram na contingencia indicáda, para qualquer *recompensa* que se entenda merecerem pela sua dedicação, publicamente evidenciáda—pela cruz e pelo altar!

Tudo isto atinge as proporções do desafôro que é indispensavel acabar d'uma vêz para sempre.

Necrologia

Vitimádo pela tuberculose faleceu nésta cidade, aos 17 anos, o artista carpinteiro Amadeu da Silva, filho doutro artista muito conceituado, o sr. João da Silva Junior, a quem acompanhâmos na sua grande magua.

E enterro do desventurado moço foi muito concorrido, vendo-se o ataude coberto com a bandeira do Centro Republicano de que o finado era socio.

* * *

Em Leiria, para onde ha anos foi habitar em companhia de sua filha e genro, faleceu tambem o sr. Manuel Marques de Almeida, que tinha ter aproximadamente 100 anos.

Era um homem honrado, que todas as familias désta cidade estimáram pelo seu porte irreprensivel e que por isso déve ser lamentado, ao desprender-se da vida, por quantos com êle privâram mais de perto.

Aos seus, o nosso cartão de pêzames.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

ABRIL

DIAS	PHARMACIAS
14	ALLA
21	BRITO
28	REIS

CORRESPONDENCIAS

Pará, 26 de Março

Encontrâmos na *Folha do Norte* do dia 9 do corrente, o seguinte:

Cadaver insepulto

Em dias da semana passada, foi encontrado, no furo do Periquito, bahia do Sol, districto do Mosqueiro, o corpo de um individuo de nacionalidade portuguêsa, que havia perecido afogado.

Comunicado o facto ao subprefeito de Tracuateua, essa autoridade mandou alguns homens darem sepultura ao cadaver, mas estes apenas puxaram o corpo do infeliz para a praia e o meteram num pequeno covão de arêa, cobrindo-o com terra do barranco.

Com a fôrça da enchente, o cadaver veiu a fluctuar novamente.

Outra comunicação foi levada ao referido subprefeito, que não mais ligou importancia ao caso, dizendo que já o havia mandado enterrar e que, além do mais, era de portuguê̂s.

O nosso informante diz-nos que, ha dias, por ali passando, viu os urubús devorando o cadaver, na praia.

Sem comentarios.

═ Fundou-se aqui, ha dias, um novo partido de combate aos *Lemistas* denominado *Centro de Resistencia ao Lemismo.*

═ Realizou-se no dia 17 do corrente, pelas 10 horas da manhã, no hospital português *Benificente*, a inauguração duma nova sala de operações, denominada *Silva Rosado*, e de duas enfermarias para mulheres, a que assistiu grande numero de portuguêses e brazileiros, assim como tambem o ilustre governador do Estado, presidente da câmara, consul português, o sr. dr. Emilio Corrêa do Amaral e mais pessoas gradas de Belem.

Fizeram uso da palavra diversos oradores, sendo todos muito aplaudidos.

Tambem compareceu a banda de musica portuguêsa *Luis de Camões* que executou algumas peças do seu reportorio, entre as quais a *Portuguêsa* e o hino nacional brazileiro, etc.

═ Depois da reorganisação da *Liga Portuguêsa de Repatriação* tem aparecido muitos compatriotas nossos com falta de meios e doentes, a solicitar passagens gratis para Portugal, subindo a 11 o numero dos que tem sido atendidos pela *Liga*.

═ O *Centro Republicano Por-*

---

sido conseguir a vitória, retrucou-me que a guarda municipal bastantes os havia incomodado na madrugada de 4, na rua Ferreira Borges, ao que contestei que, se eu comandásse, mais ainda os teria incomodado e ali deveria ter sido sufocado o movimento revolucionario, e quando assim não acontecesse, talvez ainda áquêla hora não estivésse terminado.

* * *

Novamente me chamam dizendo-me que os populares, no largo do Carmo ameaçavam o quartel e dirigiam insultos contra um retrato de el-rei que, pelas janelas, se via no salão dos oficiaes.

Ali corri, na intenção de evitar qualquer desacato, conseguindo fazer retirar o retrato de el-rei e outros de pessoas da familia real.

Entretanto, segundo me constou, o sr. Innocencio Camanho falava das janelas ao povo para que se contivesse e então, certamente por ordem do novo comandante, foram abertas as portas do quartel e este invadido pelos populares que, em todas as janelas, ao que parece, pretendiam colocar bandeiras vermelhas e verdes e o distico *Viva a Republica!*

* * *

N'esta altura e, encontrando-me ainda, no salão dos oficiaes, apresentou-se-me um grupo de individuos á frente do qual vinha o sr. Euzebio Leão, governador civil do districto, empunhando uma bandeira. Então, dirigindo-se-me disse que sabendo-se que no quartel do Carmo não havia bandeira republicana, êle vinha entregar a bandeira rica do directorio, que ficava sendo propriedade da guarda republicana.

Respondi-lhe que ao meu sucessor deveria dirigir-se, pois que já havia entregado o comando das guardas ao sr. general Encarnação Ribeiro.

Insistindo o sr. Euzebio Leão, recusei-me quanto me foi possivel e por fim, desejoso de pôr termo ao incomodo incidente, encarreguei o oficial que havia sido meu ajudante, tenente Pessoa, de ser portador da bandeira para o local onde devia ser colocada, e para onde, ainda a pedido do sr. Euzebio Leão, todos nos dirigimos.

Aí chegádos, tomei a bandeira das mãos do tenente e entreguei-a a duas praças da guarda para que a colocassem em substituição do guião.

Passados dois dias, sou avisado por um amigo, major Faria, de que havia necessidade de me apresentar no quartel general e aí assinar declaração de acatamento ao novo regimen.

Para lá me dirigi, encontrando no gabinete do sr. general Carvalhal o sr. coronel Antonio Costa, que ali tinha ido para o mesmo fim. Tanto êla como eu, fizemos a nossa apresentação declarando ao sr. general que iamos pedir a nossa reforma.

ajudantes da Guarda de que no quartel general tinha sido arvorada a bandeira branca e que o Rocio estava cheio de gente, fraternisando as tropas com o povo.

Dirigi-me ao varandão grande que deita sobre a praça de D. Pedro e que se achava quasi cheio de praças e oficiais da guarda e alguns oficiais de lanceiros.

A praça do Rocio estava literalmente apinhada de populares. Os soldados tinham abandonado as suas posições e fraternisavam com aquêles. A vozearia era enorme; todos empunhavam bandeiras republicanas.

No quartel general vi arvorada a bandeira branca, e assim tambem me convenci de que, ainda que tivésse ali acudido ao chamamento do comandante da divisão, não chegaria a tempo.

Passados alguns minutos, sente-se viva fuzilaria partindo do largo de S. Domingos e ruas do Amparo e da Bitesga sobre a multidão do Rocio. Não deviam ter sido poucos os mortos e os feridos, embora a breve trecho se sucedessem toques que aliás não fôram imediatamente obedecidos.

Ouço alguem dizer: «São os marinheiros !»

Talvez, pois que tendo desembarcado sem a mais ligeira oposição naturalmente se dirigiram pelas ruas a leste da rua Augusta para os pontos por onde fizeram o ataque ao Rocio, julgando este, certamente, ocupado pelas tropas fieis.

Ainda passados alguns momentos notei que do Rocio um grupo de populares agitava lenços e chapeus, parecendo corresponder a procedimento identico de alguem que se encontrava no quartel do Carmo. Então verifiquei que algumas praças que estavam no varandão agitavam lenços brancos,—demonstração que mandei cessar.

Imediatamente, o varandão é batido por intensa fuzilaria partindo do Rocio.

Todos quantos ali se encontravam retiraram para o interior, ficando apenas eu acompanhado por um aspirante de lanceiros (Torres, salvo erro) e creio que tambem pelo alferes Franco, da Guarda.

Certamente, a indeferença com que já tudo se me apresentava foi motivo de que não acompanhasse os demais oficiais e as praças que ali estavam.

Chamado á razão pelos dois oficiais que comigo ficáram, recolhemo-nos no vão da janela. Ouvi entao alguem dizer que a fuzilaria, que não cessava, era sem duvida motivada por não ter sido ainda arvorada no Carmo a bandeira branca. Para o interior disse então:

— «Tragam uma toalha ou lençol para colocar aqui».

Alguem fala de uma coberta de cama.

Terminantemente me oponho porque, sendo as cobertas encarnadas, eu não queria por nenhum modo ir além do procedimento do quartel general.

Atado a uma haste me trazem um lençol, e custoso nos foi, tan-

tuguês, tendo em consideração os relevantes serviços prestados á colonia, resolveu no dia 17 do corrente, ofertar ao sr. dr. Emilio Corrêa do Amaral, um busto em bronze, tamanho natural, de Eça de Queiroz, obra do estatuario Teixeira Lopes.

Após o acto da entrega foi-lhe oferecido um *bouquet* no *Restaurant Coelho*, a que assistiram muitos convidados, incluindo o atual consul português.

=Realizou-se no dia 10 do corrente no hospital da *Beneficente Portuguêsa* a posse da nova Diretoria.

Do seu relatorio, que foi lido néssa mesma ocasião, se depreende que o movimento de doentes durante o ano de 1911, foi de 1510, menos 640 que em 1910.

A receita foi de 192:531$340 reis e a despeza de 224:977$590 reis, apresentando por tanto um *deficit* de 32 contos.

=Embarcou no dia 23 do corrente com destino á Certã, Portugal, o nosso amigo e correligionario, sr. Luis Domingues da Silva Dias, presidente do *Centro Republicano Português*.

Com destino a Cacia embarcáram tambem no mesmo dia os nossos amigos e conterraneos, os srs. Manuel Rodrigues Neta, José Rodrigues Neta e José Lopes da Silva.

Que todos tenham feliz viagem e que gosem bastante é o que do coração lhes desejâmos.

=As obras para os melhoramentos do cáes de desembarque continuam com grande actividade, podendo já encostar nada menos de 10 vapores ao mesmo tempo, pois se acham já construidos, desde a *Doca de Souza Franco* até á *Guarda Moria* nada menos de 8 grandes barracões.

=A crise comercial continúa, embora um pouco mais atenuáda.

C.

Pinheiro, 10

Está definitivamente assente realisar-se a inauguração do retrato do dr. Manuel de Arriaga na escola primária dêste logar, no dia 21 do corrente, abrilhantando a nossa humilde festa diversos oradores, contando-se já escritos alguns devidamente consagrados, e que certamente darão a nota de mais brilho ao acto.

Caso não surja qualquer dificuldade, assistirão á festa os nossos amigos dr. José Nogueira Lemos e dr. Jaime Ferreira, o que já fôram convidados.

Assistirá tambem a reputada banda *Velha União*.

=Segundo nos comunica o sr. Joaquim Dias Maio, no referido domingo 21, toma parte nas corridas, circuito do Minho, como *velocipedista forte*, que se realisam no Porto, sendo nada menos de 315 kilometros a extensão a percorrer.

Ha os seguintes premios estabelecidos para os vencedores: 1.°, medalha de ouro, diploma de honra e 120$000 reis. 2.°, medalha de vermeil, diploma de honra e 60$000 reis. 3.°, medalha de cobre e 10$000 reis, etc., etc. Reina por aqui o maior entusiasmo atendendo ás grandes qualidades de resitencia que tem demonstrado o novel corredor, que é filho désta região, nas ultimas corridas Porto-Lisboa, sendo por assim dizer um dos primeiros qualificados em Portugal.

= Tivemos o prazer de aqui vêr no domingo passado o sr. Alfredo de Brito e familia em visita a seu filho, proprietario da farmacia aqui estabelecida.

Retiraram no comboio da tarde.

= Agravaram-se bastante os padecimentos do nosso amigo Antonio Barreto, do Ameal, o que devéras sentimos. Desejâmos o seu restabelecimento.

= Grassa com bastante intensidade a febre aphtosa no gado bovino, principalmente em S. João do Loure. Pedem-se providencias.

=Pelo juizo de Paz, em Angeja, foi já resolvida a questão em litigio entre o proprietario da pharmacia d'este logar e o sr. Manuel Martins Junior, como aludimos n'uma das nossas ultimas correspondencias.

A sentença foi dada, como não podia deixar de ser, a favor do pharmaceutico, que exigia o pagamento d'uns medicamentos que fornecera ao sr. Martins e que este não sabemos, fundado em quê, ee negou amigavelmente a pagalos.

C.

Ois da Ribeira, 10

Estivéram no ultimo sabádo entre nós, os srs. drs. Manuel Alegre, deputado por este circulo e Eugenio Ribeiro, muito digno administrador do concelho, que veio dar pósse á comissão cultual.

Estes srs. eram acompanhados pelos srs. Antonio de Sousa, administrador da *Independencia de Agueda*, Antonio Afonso, empregádo da administração e outros de quem nos não recorda os nomes.

Ao acto da pósse assistiram muitos republicanos, dos que não temem a tal excomunhão mandada de Roma para os que estão relaciónados com os seus membros. E' mesmo para rir o que alguns ignorantões dizem sobre tal assunto.

Nós excomungados ?!...

Pelo quê? Por aceitarmos uma lei do govêrno?

Então não respeitando o govêrno, quem se déve respeitar?

Não será verdadeiramente religioso aquêle que respeita as leis do Estado e as proprias autoridades?

Que fraquêza de cerebro!...

Será então religioso o reaccionário, o que blasfema, o que leva a desordem ao seio da familia, o hipocrita, por exemplo?

Não, não é. Religioso é todo aquêle que não pratica o mal e respeita as leis do seu país.

Os proprios padres portuguêses na sua maioria não são religiosos, e disso tem dado provas. Não se respeitam as leis da Republica não, porque élas são liberaes e dão aos povos a liberdade da sua crença, mas não os obrigam a pôr umas fantochadas de capricho para uns, e de interesses para outros.

E eis ai meus caros leitores a religião do nosso cléro.

=Na ordem do dia ainda estão os comentarios por não haver néssa freguezia a costumada visita pascal que este ano se não realizou talvez, por o nosso paroco se achar preso como conspirador.

Não nos regosijâmos com o facto, e tambem o não comentâmos por acharmos a materia um pouco fina para as nossas aptidões.

= Foi aqui muito bem recebido o ultimo n.° do *Democrata*, ilustrado, sendo todos unanimes em tecer-lhe elogios pela lembrança.

C.

Anadia, 10

Faleceu ontem ás 22 horas o dr. José Paulo Monteiro Cancela, juiz da Relação do Porto, acabando agora de têr logar o seu funeral. O cortejo foi grandioso tendo-se nêle encorporado muitos dos seus amigos de varias partes. Falou á beira da sepultura o sr. Albano de Melo, d'Agueda.

— Consorciou-se ha dias o nosso amigo sr. Cipriano Alegre, director e proprietario da *Bairrada Livre*, com a menina Maria da Conceição. E' o noivo um rapaz tão inteligente como trabalhador e por isso fazemos votos pela sua completa felicidade.

C.

Ultima hora

A estrada da Barra á Costa Nova — Reunião

Pelas 20 horas de ontem reuniu na sala das sessões da Associação Comercial de Aveiro um grupo de individuos, proprietarios da Barra, para acordárem na maneira mais rapida de se conseguir a construção duma nova variante que ligue as duas importantes praias do nosso litoral, pondo de parte a ideia da reconstrução da antiga estrada que os ultimos temporaes quasi por completo inutilisou.

Foi lida e aprovada uma representação que déve ser hoje entregue ao ilustre chefe do distrito por uma comissão composta dos srs. dr. André dos Reis, Antonio da Cunha Coelho, Domingos José dos Santos Leite, dr. Lourenço Peixinho e Domingos João dos Reis, a qual ficou tambem autorisada a tratar do assunto até final.

Esta comissão e mais individuos interessados encontram-se na disposição de concorrer com diversas importancias para cobrir as despesas, caso isso seja necessario.

Louvando a iniciativa, só nos resta apelar para as instancias superiores afim de que não séja protelada uma obra que não só nos interessa a nós, aveirenses, como, e talvez ainda mais, ao concelho de Ilhavo.

18

to a mim como ao aspirante Torres e alferes Franco, fazer chegar á vista dos populares esta improvisada bandeira, o que conseguimos debaixo de fogo, que cessou então, sucedendo-se-lhe palmas e vivas.

* * *

Todos estes acontecimentos levaram bastante tempo, e assim é que posso afirmar que no quartel do Carmo, o primeiro sinal, já não direi de rendição mas de suspensão de hostilidades, foi arvorado 25 a 30 minutos depois de o haver sido no quartel general.

Novo tiroteio se ouve no Rocio, parecendo-me serem tiros dados para o ar. Os toques de cessar fogo ouvem-se ali e eu mando repetil-os por dois cornetas que por ocasião da primeira fuzilaría havia mandado chamar.

Não decorre muito tempo sem que me chamem a atenção para a bandeira verde e encarnada que tremulava no quartel general.

Era o fim!

Para evitar o recomeço do ataque sobre o quartel do Carmo, mandei substituir o lençol branco por um guião encarnado de infanteria. No Carmo não havia bandeira republicana.

Seguidamente mandei comunicar para todos os quarteis que considerassem terminadas as hostilidades e fizessem, conforme lhes fôsse possivel, recolher as forças que se achavam por fóra.

* * *

Pouco tempo depois, procura-me um telefonista para me dizer que o primeiro sargento da 4.ª companhia me pedia lhe confirmasse a ordem por minha propia vóz.

E' preciso notar que este primeiro sargento, durante todo o periodo revolucionario, não cessou de me prestar constantes e valiosas informações.

Ao telefone me dirigi então, confirmando a ordem transmitida. Disse-me que, se eu quizesse, ainda poderia oferecer resistencia no quartel, apesar de já ameaçado pelos populares. Respondi-lhe que não se iludisse pois que, com o reduzidissimo numero de praças de que dispunha dentro do quartel, não lhe seria possivel resistir aos populares, que já se consideravam victoriosos.

Disse-me então que ia procurar contemporisar com êles e levantar a bandeira republicana. Mas tudo isto levou tempo. A onda popular crescia, ameaçando o quartel que, certamente por estas demoras, foi mais tarde, por fim, assaltado, produzindo-se mortes e roubos.

Não quero por fórma alguma, com esta minha exposição censurar este primeiro sargento. Antes pelo contrario, me apraz consignar aqui que foi um leal servidor da causa que defendiamos.

Excelentes as suas intenções, os resultados é que não corresponderam.

19

Então, completamente rendido, fisica e moralmente, me recolhi no meu gabinete onde, pouco tempo passado me avisam de que no largo do Carmo se estava juntando gente em atitude ameaçadôra.

Mandei que se fechassem as portas do quartel e se vitasse a incursão e, acompanhando esta minha ordem, dirigi-me para a parte do edificio ameaçada.

Quando já ali me encontrava, sou procurado por um individuo que me diz ser o sr. Inocencio Camacho e ap esentar-se da parte do directorio republicano. Declara-me que a Republica está proclamada e, como consequencia dêste facto me convidava a entregar o comando das guardas.

Retorqui-lhe dizendo que necessitava explicações. 1.ª em que condições se encontrava o comando da divisão. Respondeu-me que, tendo sido convidado, para continuar no mesmo posto o sr. general Gorjão, a isso se recusára e que achando-se no quartel general o sr. Carvalhal, esse tinha ficado investido no comando da divisão. 2.ª Se o directorio me respondia pela segurança das pessoas de el-rei e da familia real. Respondeu-me por estas ou parecidas palavras:—«Bem póde v. crêr que nêste momento, o nosso maior empenho é guardar rigorosamente essas pessoas.»

Vista a impossibilidade reconhecidissima de reagir, acrescentei então, que estava pronto a entregar o comando e fossem chamar o oficial a quem o devia fazer.

—«Está á entrada do quartel»—me respondeu.

—«Diga-lhe então que suba ao meu gabinete.»

Ai nos dirigimos e, chamando os oficiais que no Carmo se encontravam lhes apresentei o novo comandante, fazendo as minhas despedidas e agradecimentos, pedindo-lhes que aos ausentes os transmitissem, pois que o meu estado de espirito não permitia que procedêsse doutra fórma.

Imediatamente mandei publicar na ordem do corpo que fazia entrega do comando das guardas ao sr. general Encarnação Ribeiro.

* * *

Passados momentos e achando-me ainda no gabinête do comando geral, sou abordado por um grupo de quatro ou cinco individuos, tendo á frente um com uniforme de marinha.

Altamente emocionado por tudo quanto se acabava de passar, custou-me perceber que iam conhecer as minhas intenções.

Sciente, por fim, do que desejavam, respondi que já havia entregado o comando ao sr. Encarnação Ribeiro.

Então perguntei quem era o oficial de marinha que se me dirigia. Responderam-me:

—«E' o nosso heroe, o nosso grande heroe Machado Santos.»

Trocámos breves palavras e, dizendo-lhe eu que facil lhe tinha